



**Dilemas e desafios da  
democracia na América Latina.  
Deterioração ou renovação?**

*Isidoro Cheresky*

## resumo

Desde o início do século XXI, o regime político e a sociedade em alguns dos países da América do Sul experimentaram mudanças e conflitos que questionam o que se deve entender por democracia. Explicitamente, movimentos e governos refundacionais emergiram como a contrapartida da crise de representação e da desarticulação das instituições tradicionais com a promessa de uma sociedade mais justa. Estes governos melhoraram situações sociais de carência e postularam direitos, o que permite reconhecer uma primeira dimensão de “liberação” de amarras e barreiras. No entanto, a concentração do poder numa liderança (semi)encarnada e uma vida pública pouco deliberativa erodiram o alcance de seus postulados originais.

**Palavras-chave:** democracia em mutação; lideranças de popularidade; representação; alternância; eleições.

## abstract

*Since the beginning of the 21<sup>st</sup> century, the political regime and society in some South American countries have experienced significant changes and conflicts that call into question what is meant by democracy. Refoundational movements and governments explicitly emerged as a consequence of the crisis of representation and the breakdown of traditional institutions, bringing the promise of a fairer society. Those governments improved the situation of those living in social conditions of deprivation and postulated rights, so we can recognize a first dimension of “liberation” from obstacles and barriers. However, the concentration of power in a (semi)embodied leadership and a scarcely deliberative public life eroded the scope of its original principles.*

**Keywords:** *mutating democracy; popularity leadership; representation; alternation; elections.*

**D**esde o início do século XXI, o regime político e a sociedade em alguns dos países da América do Sul experimentaram mudanças e conflitos que questionam o que se deve entender por democracia. No passado, a crítica revolucionária ou mesmo reformista nutria um desdém pelas liberdades públicas e pelas eleições de governantes como aparências que encobriam a dominação social e a exploração de uns pelos outros. Agora, o termo “democracia” está na boca de todos e, inclusive, ampara regimes políticos com práticas que parecem colocar em risco a liberdade e a igualdade, princípios estes que, se não podem se tornar realidades factuais unívocas e plenas – pois encontraríamos o fim da política e da vida cívica –, são, no entanto, em sua pretensão, próprios da democracia desde sua proclamação nas revoluções que os enunciaram e lhes deram vigência como derivativo das relações factuais.

Mas como esses princípios devem ser entendidos no mundo em que vivemos? E – pergunta clássica da teoria política – são compatíveis entre si? Neste ensaio não se pretende um aprofundamento conceitual genérico, e sim orientar a indagação aos desafios contemporâneos na América Latina.

---

Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro

Desde o início do século, movimentos ou correntes partidárias sensíveis à justiça social e aos privilégios de ricos e governantes ganharam força, seja com uma perspectiva reformista, seja com uma “revolucionária”. Em alguns casos, chegaram ao governo, mais ou menos inesperadamente, dirigentes emergentes de fora dos círculos tradicionais e empreenderam políticas públicas que aspiram a uma ampla inclusão social, com distribuição da riqueza e participação cidadã e popular, motivo este último, em particular, de controvérsia quanto a seu alcance e significação; além disso, esses governantes obtiveram sustentação eleitoral desde o princípio.

Esse rumo, embora com diferenças bem marcadas em cada país, invocava uma pretensão “refundacional” que se viu alentada por um crescimento econômico sustentado e favorecido pela conjuntura internacional, mas apoiado, junto à providencial melhora das exportações de matérias-primas agrícolas e da indústria extrativa, numa ampliação do mercado interno, resultante do acesso incrementado a bens de consumo para setores populares e da classe média; inclusão no trabalho e no consumo, que, em consonância, habilitava uma possível inserção nos assuntos públicos. Desse modo, registrou-se uma considerável ampliação da cidadania em outros termos que o da mera subsistência e, em graus diversos segundo os casos, uma inclusão am-

---

**ISIDORO CHERESKY** é professor consultor e titular de Teoria Política Contemporânea da Universidade de Buenos Aires (Argentina) e autor de, entre outros, *El Nuevo Rostro de la Democracia* (FCE).

pla. Em outras palavras, o sucesso que sobretudo esta corrente multivariada exibiu era o da inclusão social. O epicentro do movimento bolivariano – denominado assim por Hugo Chávez em reconhecimento à raiz independentista na trajetória de Simón Bolívar – foram a Venezuela, a Bolívia e o Equador, que elaboraram constituições e leis em sintonia com o ideal de uma nova fundação. Os governos da Argentina, no ciclo de Néstor e Cristina Kirchner, e do Brasil, no de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, se associaram ou se solidarizaram com esse movimento com diferenças significativas.

No momento de enfraquecimento ou do abandono do poder dos governos desse tipo, cabe deter-se nas mudanças político-sociais que acarretaram.

A saída da indigência, para alguns, e da pobreza, para outros, deve ser considerada uma libertação efetiva – do império da necessidade na vida cotidiana, e eventualmente do patrocínio de protetores e mecenas –, isto é, uma ampliação potencial da autonomia pessoal. Mas a libertação daqueles que se encontram em situação de submissão estrutural não é um ato pontual, repentino, e sim um fato que abre o desafio de se integrar a – ou a criar – uma comunidade de iguais, ou, em outras palavras, instituir a liberdade e a igualdade para aqueles que não gozavam delas, gerar vínculos e instituições que tornem a melhora duradoura na igualdade básica.

Mesmo quando esse acesso a bens básicos não se institucionalizou plenamente – isto é, legal e socialmente –, a transformação na consciência de direitos naqueles que foram incluídos, e na sociedade em geral, foi notória. Na América Latina contemporânea, a agenda pública é então agora diferente daquela que prevalecia nos anos 90: a expectativa da superação da pobreza e de uma redução das desigualdades está instalada, atribuindo-se ao Estado um papel promotor e regulador em busca desses valores.

Os governos explicitamente refundacionais melhoraram situações sociais de carência e postularam direitos, o que permite reconhecer uma dimensão de “libertação” de amarras e barreiras. No entanto, a indagação que surgiu é se essa fase inicial teve prosseguimento com a consolidação de uma democracia renovada, com uma “fundação da liberdade”.

Embora com matizes nos diferentes casos, a concentração de poder numa liderança (semi)

encarnada e uma vida pública pouco deliberativa com cooptação dos movimentos sociais no dispositivo estatal ou então sua marginalização para os dissidentes erodiram o alcance dos postulados originários desses governos. De modo que o Estado regulador é bem-vindo, mas questionado em decisões arbitrárias, isto é, com pouca ou nenhuma argumentação e deliberação pública; e com o passar do tempo se instalou um mal-estar com relação aos privilégios da nova classe política pela influência derivada de sua situação de poder, podendo chegar, como ocorreu com vários deles, a uma corrupção de grande magnitude. A justiça social e o desenvolvimento podiam ser um emblema de duas faces: políticas públicas populares e, ao mesmo tempo, aproveitamento pessoal ou político faccioso de uma porção dos fundos públicos. Essa carência de uma “democracia de exercício do poder” (Rosanvallon, 2016) se evidenciou quando os movimentos governantes se confrontaram com a eventualidade da alternância no poder, isto é, com a possibilidade de uma derrota nas urnas ou mesmo com a continuidade, mas com sucessão na liderança.

É que o movimento refundacional (ou populista) aludido se expandiu no contexto de sociedades e no mundo no qual vem à luz uma relação diferente dos cidadãos, entre eles e com o poder. A democracia de partidos e o sistema representativo não têm a centralidade de outrora, exibindo, em compensação, uma extensa informalidade institucional e laços flutuantes de identificação política cidadã e de questionamentos recorrentes à legitimidade das decisões adotadas pelos governantes. Essas decisões, questionadas por outras instâncias de autoridades formais e informais e pela sociedade, que se pronuncia implícita ou explicitamente em cada circunstância crítica, são características da comunicação política e da vida pública nas sociedades democráticas que se encontram em expansão. Nos casos latino-americanos mencionados, desarticulou-se o sistema representativo e foram instalados governos refundacionais hegemônicos – isto é, com maiorias eleitorais e amplos recursos institucionais do Estado sob seu controle –, mas que coexistiam com os recursos remanescentes da representação tradicional e, sobretudo, encontravam um limite decisivo na recorrência de eleições a termo, com pluralidade de postulantes.

Os presidentes decisionistas, por vocação ou mesmo pelas circunstâncias<sup>1</sup>, procuram reequilibrar permanentes, tendo em conta a carência dos canais partidários, sindicais e associativos permanentes, e com qualificação que lhes permita uma contenção do mal-estar social. Os governantes refundacionais, geradores de uma polarização antagonica, adotam também decisões pragmáticas de governo, mas têm limites mais definidos para o reequilíbrio e a recuperação da legitimidade quando a crise advém.

O paradoxo próprio da democracia contemporânea – a qual eu chamo de democracia contínua, isto é, de permanentemente colocar em jogo a legitimidade no exercício do poder e não somente no ato eleitoral – é a existência de dois núcleos de configuração das cenas e, conseqüentemente, do rumo político. Os líderes de popularidade instituem um rumo político ao se tornarem o que são, isto é, ao adquirirem qualificação e instalarem uma linha de demarcação política. E a sociedade autonomizada, que se faz representar eleitoralmente e mesmo reconhecendo o resultado das urnas, se mantém vigilante e se realinha nas conjunturas sucessivas, questionando decisões no âmbito público embora sua fonte seja legal.

O paradoxo consiste em que as lideranças de popularidade presumem uma relação direta – ou pouco mediada – com os cidadãos e, conseqüentemente, derivam com frequência do poder concentrado, eventualmente decisionista e arbitrário. Mas a sociedade é autônoma, pois a cessão de soberania no ato eleitoral é parcial e transitória, e então emergem atores que questionam a legitimidade das decisões desses líderes, que podem decair rapidamente em sua capacidade de governo. A flutuação do eleitorado e da opinião pública é o traço emergente num contexto cuja característica é a desconfiança dos cidadãos para com os governantes e representantes.

---

1 O governo está confrontado com o imprevisível no contexto de globalização. Ao mesmo tempo, esses governos se caracterizam por um hiperativismo que lhes permite manter a iniciativa política e às vezes adiantar-se ou sufocar o que pode vir da sociedade. O decisionismo costuma contar com respaldo popular em situações de crise, mas também em contextos de estabilidade; paradoxalmente, torna-se insustentável quando os líderes de popularidade no poder pretendem se eternizar nessa posição.

Um ato decisivo que referencia e organiza a vida política é o das eleições nacionais, que consagram governantes legais. Não é concebível uma sociedade democrática contemporânea sem a capacidade governante que resulta de eleições competitivas. Mas a vida política é contínua e a representação surgida das urnas não pode ser subtraída do questionamento eventual, cada vez mais frequente e efetivo, proveniente de uma sociedade presentificada como estado da opinião na comunicação política por seus pretensos porta-vozes, sejam jornalistas ou personalidades, por sua figuração nas pesquisas de opinião e por atores do espaço público com representação não eleitoral – outros representantes com credibilidade argumentativa em termos de saberes, de imparcialidade em relação a facções e interesses e de crédito em termos de valores morais. Essa ebulição do espaço público comunicacional condiciona o sistema representativo em seu núcleo e de fato o reconfigurou. Desse modo, a ação política sustentada nas oscilações de opinião e popularidade predomina sobre os aparatos políticos e instituições.

## A NOVA SOCIABILIDADE DEMOCRÁTICA

Os governos e movimentos refundacionais configuram uma evolução possível da decadência da democracia de partidos e do sistema representativo tradicional, que Bernard Manin, Nadia Urbinati e Pierre Rosanvallon observaram, com perspectivas próprias a cada um deles, como características da mutação da democracia nas últimas décadas.

Explicitamente, os movimentos e governos refundacionais emergiram como a contrapartida da crise de representação e da desarticulação das instituições tradicionais com a promessa de uma sociedade justa, sob variadas designações (socialismo do século XXI, Estado multinacional pós-colonialista, democracia). Os antecedentes em cada caso nacional são distintos e em geral houve alguma forma de agrupamento política ou social promotora, mas o impulsor e aglutinador foi um líder de popularidade, enunciador e decisório, com adeptos, mas sem apoio de pares, e cuja sustentação foi uma relação direta com os cidadãos, que são tais em sua condição de eleitores, mas que se tornam massa, sem muita expressão – ao menos

uma parcela deles –, na medida em que são audiência passiva de alocações e mobilizações, com pequeno alcance realmente participativo ou deliberativo. O decisionismo, precisamente, não consiste tão somente em ignorar as instâncias institucionais que requerem a formulação de leis e o controle do exercício do poder de Estado, mas, sobretudo, a ação de um chefe/presidente que irrompe com rumos não tratados publicamente perante a opinião pública, os setores envolvidos ou ainda os especialistas, e pouco ou nada explicitados ao se pôr em vigência. Ilustração desse modo de decidir foi, entre outros, a Resolução 125 que, em 2008, tentou incrementar as retenções fiscais às exportações agrícolas na Argentina, ou a tentativa reiterada de construir uma grande estrada que atravessava o parque nacional Tipnis, na Bolívia<sup>2</sup>.

Mas em que medida esse formato político embrionário foi, no início do século XXI, uma completa novidade? O monopólio decisionista no Executivo – o “cheque em branco” – por acaso já não havia sido previsto por Guillermo O’Donnell nos anos 90, ao se referir à “democracia delegativa”? Nela se vota e o governante que surge do ato democrático exerce um poder ilimitado<sup>3</sup>.

A sociedade contemporânea, com significativas variantes nacionais, estaria experimentando uma mutação que habilita movimentos e governos refundacionais como os aqui tratados, o que convida a propor novamente os conceitos políticos e sociopolíticos para interpretá-la.

A informalidade política – termo que tomo da obra de Hugo Quiroga – se associa à fraqueza institucional, e o alcance limitado do Estado de direito se revela no exercício irrestrito do poder por aqueles que governam, com pouca transparência das decisões, o que facilita a arbitrariedade e a corrupção em proveito privado ou das facções

políticas. Mas deve-se considerar que isso é um eventual emergente de uma nova sociabilidade de pertencimentos coletivos enfraquecidos e da expansão, por outro lado, de laços espontâneos e horizontais de interação e sociabilidade possibilitados pelas novas tecnologias digitais. Indivíduos e coletivos estão em transição da sociabilidade tradicional para essa nova, e já esses termos – indivíduo, coletivo, social – designam novas realidades. A autonomia cidadã remete a esse novo modo de ser em sociedade e à distância real ou potencial das corporações e dos dispositivos estatais de atribuição. Essa sociabilidade emergente ainda é quantitativamente minoritária, embora predomine entre os jovens e esteja em boa medida enviesada social e territorialmente, mas é ela que dá a tônica da comunicação política, por sua própria dinâmica e porque impregna o funcionamento de instituições, assim como as ações coletivas<sup>4</sup>.

Esse contexto inédito de liberdade é particularmente visível nas redes sociais virtuais e tem seu correlato em associações e participações deliberativas de sede territorial e contato cara a cara. Os grupos de intensidade política que são mencionados mais adiante foram fomentados e inclusive se originaram nesse espaço público político-social transformado.

Mas também se expande, em paralelo, uma sociabilidade que oferece amparo e sobrevivência, sobretudo para quem a nova informalidade – que às vezes é espaço do Estado na provisão de bens básicos e de contenção – gera coesão identitária na obediência a provedores providenciais de bens e serviços, ou mesmo no delito: desde facções que controlam segmentos do espaço público no futebol ou na circulação e proteção de veículos até o tráfico de pessoas e o crime organizado, em larga escala exercido pelos cartéis do narcotráfico ou pelas redes de terrorismo sob emblemas étnicos ou religiosos fanatizados.

A flutuação identitária dos indivíduos – com relação à adscrição política, ao pertencimento sindical ou a crenças –, com um horizonte em expansão de projetos de singularidade, em paralelo à fraqueza do Estado para assegurar bens básicos – renda

2 Decisões com consequências políticas duradouras, pois nesses casos se configurou um cenário em que a decisão foi vetada pela mobilização cidadã ou popular, segundo o caso, e aparelhou uma recomposição da cena política.

3 Essa nova percepção de O’Donnell deve, no entanto – segundo a evolução ulterior dos regimes com lideranças concentradas –, ser acompanhada pela contrapartida que se evidenciou com a multiplicação de experiências. A sociedade pode não estar muito atenta a respeito das restrições institucionais ao exercício do poder, mas no final das contas pode “desinvestir” as lideranças de popularidade e vetar ou bloquear suas decisões.

4 Essa metamorfose do espaço público tem um alcance decisivo na transformação do regime político (Cheresky, 2015).

mínima, saúde, educação –, conota a autonomia e flutuação cidadã às quais se faz referência aqui. A liberdade contemporânea pode derivar em direção a uma maior associatividade, coletivos mais eletivos e mesmo trajetórias individuais cifradas na criação em diferentes domínios, mas também habilita a constituição de redes e a organização de submissão e exploração das pessoas.

A comunicação política e a mais geral, que se desdobram no espaço público por vias formais e informais – as mais tradicionais, pelos meios audiovisuais, e as mais informais, pela internet –, favorecem a constituição de novos sujeitos nesse espaço público. Este é simultaneamente um âmbito de autonomia, de servidão voluntária e de exploração extorsiva das fraquezas e das necessidades dos indivíduos<sup>5</sup>.

Em termos mais gerais, no século XXI não se trata tão somente de mudanças sociológicas próprias de sociedades pós-industriais, e sim de ser consignados os traços de um passado que os contemporâneos e, talvez em menor medida, as novas gerações conservam em sua memória: a dos regimes totalitários que em nome da raça superior ou da sociedade igualitária, sem classes sociais, instalaram a ideologia do terror e do extermínio dos considerados inimigos. Este antecedente de eventual destrutividade da intensidade na ação pública sustentou o ceticismo para com a política e a rejeição ante a referência à revolução. De modo que a identificação dos atores políticos e dos indivíduos participantes não pode simplesmente ser considerada a continuidade de uma tradição, e sim deve ancorar-se – sem ignorar o legado democrático – nos desafios do presente.

Um traço relevante na configuração das cenas políticas contemporâneas é a diluição dos traços que ordenavam o espaço público e o âmbito político, em termos de esquerda e direita. A desagregação do sistema soviético e a queda do Muro de Berlim, celebrada de um e de outro lado como libertação, somaram-se ao esgotamento das políticas social-democratas, exitosas em haver impulsionado “Es-

tados providenciais”, que asseguraram em sua época a profunda experiência de igualdade de condições consistente na provisão de bens básicos para todos – os cidadãos credenciados, naturalmente –, mas que tropeçaram diante das expectativas diferentes de indivíduos e coletivos emergentes das sociedades pós-industriais e com o contexto da globalização, que certamente oferece oportunidades inéditas, mas cujos condicionamentos delimitam a efetividade e as atribuições dos Estados nacionais.

Nas condições sociopolíticas mencionadas, predominam o executivismo e o personalismo, deixando no passado a “democracia de partidos” característica de algumas sociedades do hemisfério ocidental e que pareceu ser o rumo empreendido na América Latina a partir dos anos 80, com a queda das ditaduras e a retirada dos militares da cena política. Em particular nos países com tradição de frágil institucionalidade, a democratização, depois da queda das ditaduras, constituiu um verdadeiro advento. Isso acarretou uma reabilitação institucional, mas, sobretudo, uma reabilitação de princípios subestimados e a sedimentação, pelo menos embrionária, de costumes cívicos de convivência. Certamente, a tensão entre institucionalidade democrática e reclamos de justiça social, que, em muitos casos, já estava presente e retornou como desafio depois da “primavera democrática”, adquiriu vigor afastando a ideia de que o conseguido era então um regime evolutivo de rotinas.

## LIDERANÇAS DE POPULARIDADE E REGIMES REFUNDACIONAIS

Liderança de popularidade designa um reconhecimento positivo num setor considerável da sociedade por um vínculo direto, sem mediações institucionais, com as figuras presidenciais, mas ainda assim um recurso no qual se sustentam os opositores emergentes. Esse tipo de direção, frequentemente associado com um exercício de poder concentrado, foi atribuído à tradição caudilhista e à imaturidade política das democracias tardias na América Latina. É claro que as tradições pesam, mas não parecem ser suficientemente explicativas dos vínculos contemporâneos. A desarticulação do sistema de partidos em países europeus, em proveito de forças emergentes, algumas com preten-

5 Sujeitos e organizações que não derivam do mundo do trabalho e das atividades funcionais, embora não lhes sejam completamente alheios: piqueteiros, ativistas e também a variedade de sujeitos que se constituem no espaço público, na “negatividade” ou no reclamo pontual.

são de agremiação, mas encarnadas num líder ou líderes em disputa, e outras com liderança análoga às latino-americanas, assim como as candidaturas presidenciais inesperadas nos Estados Unidos em 2016 – como o fora de Obama oito anos atrás –, ilustram o sucesso de *outsiders* e renovadores, que canalizam a desconfiança nos políticos e o repúdio aos aparatos partidários.

Com modalidades variadas no mundo todo, emergem líderes de popularidade, que mobilizam por fora e contra os aparatos políticos ou corporativos, convocando o “cidadão comum” e provocando, desse modo – se obtêm êxito –, a convergência de descontentes variados, sem haver, necessariamente, afinidade entre eles. Os “partidos cidadãos” como o Podemos, na Espanha, emergiram esporadicamente, e outros foram a sustentação de líderes que chegaram ao poder com uma congregação de adeptos, como é o caso de Ollanta Humala, no Peru, e de líderes refundacionais como o próprio Hugo Chávez ou Rafael Correa<sup>6</sup>. Cada um deles se tornou líder de “popularidade” como receptáculo da negatividade perante o poder vigente naquela época ou dos partidos tradicionais e invocando a renovação política. Os movimentos que lideraram tinham como eixo a interpelação direta ao povo e, ao mesmo tempo, aspiravam à agregação de movimentos de cidadãos “indignados”, junto a novos adeptos provenientes de redes organizacionais descoladas dos partidos tradicionais em decadência ou de grupos marginais ao jogo institucional. As coalizões assim configuradas o eram de fato. Em geral, não se conformavam com acordos formais entre partidos ou facções, como havia sido no passado, sem cooptação de individualidades e grupos fragmentários; era o líder quem convocava e atribuía posições no governo e, embora em alguns casos levasse em conta a notoriedade local dos candidatos a postos representativos, em grande medida primava o arbítrio baseado na lealdade dos indicados, para cobrir a oferta política eleitoral e, claro, as indicações administrativas.

6 Ilustração de “partidos cidadãos” tributários de uma liderança que se institui através dos meios de comunicação e, nos tempos mais recentes, recorrendo à internet, foram o Frepaso, de Chacho Álvarez, nos anos 90, na Argentina, de Marcos Ominami, uma década atrás, no Chile, e de Marina Silva, alguns anos atrás, no Brasil.

Mas os governos de ambições fundadoras se diferenciam nitidamente de outros movimentos ou partidos personalistas, e por isso estão inseridos num paradoxo. O líder e o movimento aspiram a deter o poder *sine die*, pois isso coincide com o bem comum. Designam inimigos externos, que são tais porque ameaçam o “modo de ser” da comunidade nacional que eles encarnam. E os opositores internos não são considerados adversários, isto é, aspirantes ao poder em nome de outra interpretação do bem comum e então amparados nas leis e nos direitos, mas, sim, expressão local ou circunstancial dos inimigos: não inimigos do governo, mas do povo. O formato político consistente nesse princípio que identifica líder e movimento com nação e povo é o de uma concentração de poder no líder e sua permanência contínua na liderança. No entanto, embora esses projetos e governos refundacionais se instalem suprimindo regimes falidos, fracassados em sua institucionalidade tradicional, persistem instituições e um modo de vínculo governantes-governados que não é afim à instalação de uma liderança para a vida toda e uma concepção do bem comum transformada em dogma. A realização de eleições nacionais com regularidade acarreta a renovação potencial de governantes e representantes; em outras palavras, os governos têm um limite temporal, variável segundo as Constituições, mas a alternância é um horizonte definido. A aspiração a ser a encarnação do povo, a corporeidade de líderes idealizados – e às vezes sacralizados – e um relato de ação e logros constitutivos para aqueles que fizeram parte desse movimento, uma espécie de comunidade política em si mesma, tropeçam com uma sociedade que pode respaldar uma liderança de popularidade (ou várias em disputa), mas que não delega a soberania no ato eleitoral, e sim de um modo parcial, e em instituições que, em que pesem a fragilidade e com frequência a corrupção, se não foram colonizadas pelo movimento refundacional, fazem obstáculo exercendo sua imparcialidade ou inclusive por parcialidade adversa.

O ponto crítico desse paradoxo – instalação de um poder encarnado numa sociedade em que persiste a indeterminação democrática – foram as eleições e a alternância. A coexistência de práticas e princípios adversos que se inscrevem e coexistem nos regimes políticos tratados aqui são partícipes da democracia em sua condição básica;

os governantes surgem de eleições livres e com gozo de liberdades públicas.

## SUCESSÃO PRESIDENCIAL E ALTERNÂNCIA NOS GOVERNOS REFUNDACIONAIS

As eleições foram decisivas nas inflexões dos governos refundacionais. Amplas maiorias confortavam a assimilação da liderança nacional com o povo como parte de um todo e propiciaram uma radicalização no modo de governar.

Na Bolívia, Evo Morales chegou ao governo com uma maioria inédita e a aumentou nas duas eleições presidenciais sucessivas<sup>7</sup>. Seu partido, o Movimento para o Socialismo (MAS) – definido como instrumento dos movimentos sociais –, alcançou maioria de dois terços no Congresso em 2010.

A reeleição de Cristina Kirchner nas eleições argentinas de 2011 foi por uma margem esmagadora<sup>8</sup>, o que a levou a impulsionar uma guinada de radicalização política.

Na Venezuela, Hugo Chávez ganhou as eleições sucessivamente desde 1998 com maiorias absolutas, assim como o referendo revocatório de 2005, convocado pela oposição. O sucesso em dar *status* constitucional à possibilidade de reeleição indefinida, depois de um primeiro fracasso, reforçou a tendência de conceber um Estado sustentado num poder popular fora do sistema representativo tradicional<sup>9</sup>. No entanto, a partir das eleições legislativas de 2010, diante de uma oposição unificada, as margens de triunfo eleitoral do oficialismo foram se estreitando e Nicolás Maduro alcançou a presidência depois da

queda de Chávez em uma eleição disputada. Em dezembro de 2015, a coalizão opositora Mesa da Unidade Democrática (MUD) ganhou por ampla margem o confronto pela legislatura<sup>10</sup> e alcançou os dois terços que lhe dariam amplos poderes na Assembleia Nacional, o que aparelhou uma disputa de legitimidades em curso.

Luiz Inácio Lula da Silva chegou à presidência do Brasil em 2002 depois de ter fracassado em tentativas anteriores, tendo credenciado que o Partido dos Trabalhadores (PT) impulsionaria reformas sociais em sintonia com o marco das instituições democráticas. Conseguiu sua reeleição em 2006, também com uma ampla margem, e, no término de seu mandato, impulsionou Dilma Rousseff, que chegou à presidência em 2010 e foi reeleita em 2014, numa disputa acirrada e num contexto de protestos sociais contínuos. A característica do governo do PT, e também dos precedentes, é que o presidente/líder conta com a legitimidade de patrimônio eleitoral, mas seu partido é minoritário no Congresso. Esse tipo de regime foi denominado presidencialismo de coalizão, pois se sustenta em acordos pragmáticos nas Câmaras, que se refletem em compromissos que incluem a participação dos aliados no governo e com domínio sobre diferentes áreas das políticas públicas, mesmo em postos-chave<sup>11</sup>.

No Equador, Rafael Correa irrompeu na cena política sem maiores recursos institucionais nas eleições presidenciais de 2006; chegou em segundo lugar no primeiro turno, mas conseguiu incrementar seu eleitorado e triunfar no *ballotage*; nas eleições que se sucederam, conseguiu se reeleger no primeiro turno, mantendo as oposições na fragmentação. O curso político futuro nesse país é incerto, pois Correa anunciou que não se candidatará novamente ao cargo.

7 Obteve 54% em 2005, 62% em 2009 e 61% em 2014.

8 Em 2011, Cristina Kirchner obteve mais de 54% dos votos, superando seu rival mais imediato em 38 pontos. A maioria eleitoral significativa se traduziu numa expressão exaltada que se tornou emblemática do seu modo de governar (“vamos por tudo”), cuja ilustração mais destacada foi o projeto de reforma judicial que modificava o órgão colegiado encarregado de seleção e exclusão de juízes federais pretendendo que a maioria de seus membros surgisse do voto popular em listas partidárias. A modificação, por lei, do Conselho da Magistratura foi desqualificada pela Corte Suprema de Justiça por considerá-la inconstitucional.

9 O Estado Comunal é uma configuração que ficou em estado embrionário, mas com vocação de coexistir e, eventualmente, substituir o sistema representativo.

10 Obteve 56% dos votos, 15 pontos porcentuais a mais do que a lista chavista, cuja sigla era PSUV.

11 Essa articulação política é vulnerável e desembocou, em maio de 2016, num processo de destituição da presidente, acusada de maquiagem orçamentária de 2014 e 2015 com o fim de dissimular o déficit fiscal e poder disputar melhor a renovação de seu mandato. O PT denunciou a fragilidade das imputações, que não seriam suficientes para uma destituição da presidente, e qualificou os fatos como golpe institucional; políticos e juristas de diferentes âmbitos têm opiniões que coincidem no inusitado do processo de destituição e dos riscos que agrega à estabilidade da democracia no Brasil e em outros países da região.

Com maiorias eleitorais, os governos refundacionais e afins pretenderam, em graus variáveis, o controle do Estado em todos os seus órgãos de poder e autoridade, pois, segundo a concepção dominante, todos eles deveriam se alinhar com a vontade popular em sua expressão eleitoral presente, isto é, ignorando os limites constitucionais das Cartas fundadoras, que, em dado momento, alguns desses movimentos refundacionais haviam promovido e promulgado.

Outro ator do espaço público que procurou ser absorvido foram os meios de comunicação, no âmbito de uma atividade de intensa presença governamental na comunicação política. As alocações presidenciais procuraram responder ao princípio segundo o qual a verdade devia ser revelada pelos presidentes comunicadores, posto que era distorcida pela imprensa tradicional<sup>12</sup>.

Mas em todos os casos, as oposições fragmentadas e as dissidências desprendidas abriram caminho também através das eleições, uma vez que na maioria deles o voto flutuava em nível distrital e local, com maiores chances para as oposições.

De fato, depois do auge inicial desses governos, no início da segunda década do século, sucessivas eleições ilustraram a flutuação do voto, configurando cenas de pluralismo territorial. No Equador, em 2014, e na Bolívia, em 2015, candidatos opositores conquistaram a maioria em boa parte das grandes cidades e em algumas regiões-chave. Na Argentina, as eleições legislativas de 2013 desmentiram a imagem de bloco eleitoral oficialista esmagador ao dar o triunfo para a oposição nas principais províncias, em particular na de Buenos Aires e no subúrbio portenho, desmentindo também a fidelidade majoritária do chamado “voto peronista”. A composição das Câmaras surgida desses comícios inibiu o projeto de uma reforma constitucional que habilitasse Cristina Kirchner a concorrer por um terceiro mandato. Nesse caso, como no de Evo Morales, não se abriu um lapso de “pato manco”, mas sim uma cena de recomposição política. Na Argentina, depois da derrota eleitoral, o oficialismo se encontrou

imediatamente atravessado pela tensão entre as diferentes facções e com a dificuldade, para a presidente, de encontrar um sucessor verossímil afinado com sua acentuada guinada “revolucionária” depois de sua primeira reeleição. As oposições, por sua vez, tropeçaram nas dificuldades de uma dispersão que foi saldada no processo eleitoral pela convergência para o candidato de alternância, que pareceu mais verossímil<sup>13</sup>.

Na maioria dos países com governos refundacionais, em proximidade de final de mandatos sem reeleição presidencial, coloca-se o cenário da alternância e/ou sucessão. Para os oficialismos, seja para a reeleição dos governantes refundacionais, modificando as cláusulas constitucionais que os impediriam de voltar a postular-se, ou buscando sucessores afins com uma continuidade refundacional, o fenômeno da reeleição, através de referendo para salvar as disposições constitucionais, leva à convergência de mal-estares e oposições variadas. Chávez, depois de um primeiro fracasso, conseguiu incluir essa cláusula, ampliando o número de cargos beneficiados para a reeleição indefinida, e antes de falecer designou um sucessor/filho que conseguiu se consagrar nas eleições por escassa margem. Em 2016, na Bolívia, o referendo muito antecipado a respeito da contenda presidencial por vir – programada para 2019 – foi negativo para a ideia de reeleição, descartando-se então a convocatória de uma constituinte que habilitasse uma nova postulação e a possibilidade de um terceiro mandato sucessivo, motivo pelo qual Evo Morales enfrenta três anos de governo talvez debilitado<sup>14</sup>.

12 A ideia de uma verdade factual, que fala por si mesma, alimenta a intolerância com relação à enunciação comunicacional na qual coexistem verdades factuais e interpretações dos fatos.

13 Embora os altos e baixos eleitorais tenham repercutido na consistência dos movimentos refundacionais, o executivismo desses governos também lidava, em algumas circunstâncias, com parlamentos adversos. Desse modo, o oficialismo kirchnerista aguentou sua derrota eleitoral de 2009 e a ulterior minoria no Parlamento, através do ativismo presidencial na promoção de leis e iniciativas alinhadas com demandas progressistas, traço comum aos outros governos de mesma sintonia. Decisões de eco popular, mesmo com Estado parlamentar, ou iniciativas que poderiam ter surgido do trâmite legislativo foram propiciadas pelos governos ou adotadas por decreto.

14 O referendo convocado pelo governo para que se impulsionasse uma reforma constitucional que, mudando a cláusula restritiva sobre os limites à reeleição contínua, permitisse a Evo Morales buscar novamente sua reeleição terminou em rejeição; 51,3% votaram pelo Não e 48,7% pelo Sim.

Em termos mais gerais, a liderança de popularidade não é facilmente transferível, pois a característica desse modo personalista de governar tem um alto componente de identificação com decisões concretas e benefícios atribuídos ao líder e com seus traços de personalidade ou, se se preferir, com o componente carismático.

A Venezuela e o Brasil não podem ser equiparados em termos de seus governos. Mas, em ambos os casos, a transição continuísta teve, em 2014, um êxito eleitoral muito minguado pelos resultados apertados<sup>15</sup>. Os sucessores se apresentaram como uma espécie de continuidade encarnada, mas tanto Nicolás Maduro, pouco depois, como Dilma Rousseff, no final de seu primeiro mandato, sofreram uma queda decisiva em sua popularidade, colocando em crise, com antecipação aos tempos habituais de seus mandatos, num caso, o projeto bolivariano e, no outro, o presidencialismo de coalizão baseado em amplos compromissos, sobretudo entre o PT e o PMDB.

O impulso refundacional sustentado em ações de governo cria adeptos de dois tipos bem diferenciados, o que é visível no caso venezuelano: os incluídos por políticas públicas redistributivas, para quem o acesso a um trabalho, a subsídios, a bens básicos ou a alguma outra forma de reconhecimento social supõe, com frequência, uma mudança de vida; e os ativistas, que, em parte, provêm de um envolvimento de outra natureza, pois acreditam haver encontrado o ideal público largamente esperado.

Como já foi assinalado e cabe lembrar no momento de ponderar este ciclo de governos refundacionais, a mudança nessas sociedades foi, em alguns casos, significativa e em todos deixou uma marca, e, se não alcançaram a estabilidade de outra sociedade completamente diferente, ao menos foram preparadas alterações no reconhecimento social e na condição dos mais carentes e desprotegidos. Algumas dessas mudanças adquiriram caráter constitucional e muitas foram

circunstanciais; mesmo sendo ambíguas, estão ativas nas relações sociais como preservação de conquistas ou aspirações de reforma.

O modo decisionista de governar – que com frequência implicou atos imaturos ou arbitrários, por falta de deliberação e de consulta aos próprios beneficiários e, inclusive, imprevisibilidade quanto à sua sustentabilidade – foi, no entanto, com frequência, exitoso por seus efeitos redistributivos e pelo reconhecimento público alcançado para além dos beneficiários diretos; houve períodos de amplo respaldo popular pelas conquistas e reforçou aspirações de ampliação democrática. Certas políticas aparecem perante a opinião pública imbuídas de um sentido de justiça fazendo uma abstração sobre como são adotadas e implementadas por oposição às rotinas institucionais, que são percebidas como inerte preservação do *status quo* e que, em razão disso, se encontram desacreditadas<sup>16</sup>.

O qualificativo de “populista” foi aplicado a esses regimes pelo menos num ponto, em que coincide com o uso do termo no passado: promessas e decisões de resultados imediatos proveitosos sem articulação com uma política que lhes desse sustentabilidade futura. Também a adoção de decisões presidenciais que não adquirem o caráter de lei e de ulterior regulamentação que inicie uma execução factível faz com que muitas inovações sejam precárias. A ausência de instituições regulatórias autônomas com participação de beneficiários que monitorem as políticas públicas contribui para sua provisoriedade e arbítrio.

O relevante, independente do fato de as iniciativas de políticas públicas provirem do governo ou do Parlamento, é avaliar em que medida elas têm o longo prazo em perspectiva, por terem sido debatidas e alcançarem um consenso possível, e, no caso das decisões que aludem a beneficiários ou afetados específicos, se elas se instalam como direitos ou como benesses. Certamente, a deliberação implica uma apropriação coletiva que reativa os princípios inerentes à democracia, mas a busca de uma ampla sustentação não implica que não haja “perdedores” ou, em outras palavras, que

15 Nicolás Maduro se impôs nas eleições com 50,61% dos votos contra o candidato da MUD, Henrique Capriles Radonski, que obteve 49,12% dos sufrágios. No Brasil, por sua vez, Dilma Rousseff conseguiu a reeleição num segundo turno disputado, com 51,64% dos votos contra 48,36% obtidos pelo candidato opositor, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

16 A baixa estima dos cidadãos pelos partidos políticos e pelo Congresso está consignada nos estudos de opinião pública do instituto de pesquisa Latinobarômetro.

se desfaçam relações de dominação e se democratizem relações de autoridade, nem que se alcance um acordo total.

Em consonância com um rumo que se pretende transcendente, de política extraordinária, os governos refundacionais procuraram instalar uma bipolaridade de traço ideológico em termos de amigo/inimigo<sup>17</sup> que influiu muito além dos envolvidos na política ativa.

Oficialismos heterogêneos em suas ideias mantiveram sua unidade mobilizadora pela enunciação e ação do líder/presidente. A heterogeneidade tem sido variada e mutante, mas a liderança de popularidade, enquanto foi locomotiva eleitoral, somou beneficiários de suas políticas em todo o espectro social, com foco nos excluídos, mas também nos funcionários e militantes, com os partícipes pragmáticos.

Um recurso da configuração dos movimentos refundacionais foi se instalar como governos de exceção, inscritos na reação contra as políticas neoliberais dos anos 90, propiciando uma intervenção reguladora e reparadora do Estado<sup>18</sup>, mas sustentando que alcançar o governo não significava contar com o poder econômico e corporativo. De modo que procuravam capitalizar os variados descontentamentos “contrademocráticos” existentes na sociedade, como insatisfação e, em alguma medida, como protesto. A designação de inimigos internacionais – o império, ilustrado na campanha de descolonização – e a identificação dos poderes nacionais factuais, incluindo tanto a classe política tradicional como seus agentes, colocava-os na dupla condição de governantes, com os recursos do poder estatal, e, ao mesmo tempo, de aspirantes a líderes ou depositários das demandas e descontentamentos sociais contra os “poderes verdadeiros”. Assim, a denúncia

de complôs e conspirações foi recurso cotidiano da atividade governamental<sup>19</sup>.

Um traço desses regimes é que, tendo associado crescimento econômico e iniciativas políticas populares, dominaram por longos períodos as cenas políticas nacionais. O assinalado e a flutuação do eleitorado se traduziram, em nível de distritos regionais e cidades, na persistência de Executivos de caráter diverso, ao mesmo tempo em que a liderança nacional podia dar uma marca decisiva que parecia envolver todo o país. As oposições políticas subnacionais apareciam muito minguidas em nível nacional, mas foram exitosas e deram consistência à disputa quando se ofereceu a oportunidade, também em nível nacional, da mobilização ou do voto negativo.

Torna-se visível que os cidadãos contemporâneos, em contextos minimamente democráticos, não são simplesmente flutuantes – que é um modo de apreciar a variação de identificações e voto –, mas sim adscrevem e reformulam suas adscrições segundo sensibilidades e lógicas que excedem a formalidade de identidades político-partidárias e de ofertas eleitorais. A particularidade das preferências e identificações se evidencia no divórcio crescente entre o voto, na maioria dos casos depositado levando em conta o candidato, e, por outro lado, a sigla partidária que habilita legalmente a oferta eleitoral e que é ainda depositária de adesões “cativas”.

As organizações políticas são cada vez mais tributárias da visibilidade e da popularidade de seus líderes. E a transferência de popularidade é problemática. O rumo político está cada vez menos derivado de um programa explícito e cada indivíduo tem um estilo e uma figura pública mais ou menos cativantes e, como candidato, arrasta uma rede virtual ou real de identificações. Isso é tanto mais relevante quanto o fato de que os governos refundacionais levam adiante políticas com um alto componente de decisões que derivam do sur-

17 A ideologia polarizadora costuma ser um conjunto de enunciados da cúpula do poder entrelaçados com reformas nas políticas públicas e nas relações internacionais. Ela coexiste com uma diversidade de sensibilidades ideológicas distintas enunciadas por grupos do conglomerado oficialista.

18 Certamente, os mais radicalizados anunciavam uma sociedade pós-capitalista. No caso venezuelano, deram alguns sinais, na institucionalidade política, de que iam nessa direção. Mas em termos gerais, como já se afirmou, tratou-se de governos de libertação, com políticas nacionalistas e distributivas.

19 Em alguns casos, a conspiração foi real e efetiva, como o frustrado golpe de Estado na Venezuela, que depois outorgou um matiz de epopeia a toda ação do governo de Hugo Chávez. Em particular com o governo de Nicolás Maduro, por outro lado, a invocação dos inimigos procurou desviar a atenção do modo de governar e da terrível crise econômica, com queda da produção e desabastecimento com fome.

gimento das conveniências circunstanciais ou de compromissos mais do que da consistência de um princípio geral ou de uma doutrina.

A nova encenação promovida pelos governos refundacionais constituiu, ou melhor, acompanhou uma revolução comunicacional na qual procura se inscrever. Três âmbitos se distinguem: o que gira em torno da figura do presidente/líder, o da mobilização territorial cidadã e popular, e o do espaço público digital (redes sociais, *blogs*, telefonia celular, etc.).

As lideranças de popularidade às quais nós nos referimos são dessemelhantes e em cada uma delas o vínculo comunicacional promovido foi diferente. No entanto, o líder enunciador foi o epicentro de variadas cenas comunicacionais muito diferentes daquelas dos líderes populistas do passado. A concentração multitudinária na praça principal foi, no passado, um recurso que encenava a relação líder/massa. Uma unidade quase orgânica em que o corpo do povo mal diferenciado em seus componentes trabalhistas/funcionais era “falado” pelo chefe carismático. O murmúrio ou a aclamação da audiência/massa o acompanhava. Essa cena territorial, no entanto, passou para um segundo plano, ou melhor, foi capturada e incluída, dando-se preferência aos meios audiovisuais – sobretudo a TV e a internet –, com vistas a uma audiência mais diversa e, embora vinculada emocionalmente, com frequência considerada em sua diferença.

A cena comunicacional contemporânea característica é a de uma liderança que procura subjugar um espaço multifacetado e, em princípio, incontrollável. Como já se mencionou previamente, as alocações presidenciais semanais ou, ainda, de maior frequência e, em alguns casos, de transmissão obrigatória para todos os meios de comunicação respondem ao propósito de enunciar uma verdade factual que, segundo os líderes refundacionais, a comunicação comum distorcia ou ocultava. Mas a figura presidencial foi também o componente principal de uma encenação que inclui estratégias de proximidade variadas – reuniões de gabinete rodando o território, cerimônias tradicionais, como as homenagens à Pachamama, a transgressão da segurança, às vezes de um modo desafiante por parte de Néstor Kirchner e Rafael Correa, e o decisionismo exibido por ocasião de anúncios em público sem aviso prévio –,

expropriações, subsídios, etc. – tudo quanto outorga uma figuração de geometria diferente das lideranças populistas do passado.

O Congresso, âmbito tradicional da deliberação representativa, foi marginalizado – embora não possa ser completamente ignorado, especialmente quando não se conta com maiorias oficialistas –, o que às vezes acarreta reações, pois já está desconsiderado perante os cidadãos, especificamente porque é visto como o cenário da negociação política, termo que costuma aludir a tratos espúrios ou a transações pragmáticas, e um modo de estar ao lado do povo, para os refundacionais, é postular-se como renovadores no sentido de alheios às transações entre facções da classe política.

Com os governos refundacionais se acentuou a atividade pública característica da democracia contínua, na qual as eleições são o ato que consagra governantes, mas a política não conclui nem se apazigua fora das campanhas eleitorais e do próprio ato eleitoral. Os atores principais do espaço público político são os meios de comunicação e as redes e outros lugares da sociabilidade digital, mas também contam as instituições que pesam na convalidação das leis e no impacto das suas decisões no espaço público, a Justiça Federal e as Cortes Supremas em particular: estes foram, na região, os representantes não eleitorais mais significativos, embora não os únicos. A alta magistratura e a Constituição – e em particular aquela que foi elaborada no início da refundação – podem ser obstáculos para o poder presidencial, que, implícita ou explicitamente, invoca a superioridade da vontade popular acima das leis. Nessas circunstâncias, o líder refundacional pode impulsionar uma espécie de “democracia imediata”, que se vale seja de uma maioria eleitoral, seja de um “povo em ato”.

Mas, em que pese a vocação de capitalizar a propensão contrademocrática dos cidadãos contemporâneos, isto é, sua desconfiança para com o poder, esses governos preservam uma pretensão vanguardista que lhes faz reivindicar sua condição de reencarnação do povo, mesmo contra os pronunciamentos majoritários, ou denunciar como conspirativos os protestos e mobilizações políticas adversas ou, inclusive, independentes. Necessitam da legitimação eleitoral, mas também resistem a ela ou procuram removê-la com o uso arbitrário dos recursos do Estado.

## BIBLIOGRAFIA

- ARENDR, Hannah. *Qu'est-ce que la politique? Texte établi et commenté par Ursula Ludz*. Paris, Éditions du Seuil, 1995.
- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Eleições, Radicalização Política e Revolta Social: Uma Análise do Brasil entre as Eleições de 2014 e os Panelços de 2015*. 2015.
- CARDON, Dominique; GRANJON, Fabien. *Mediactivistes*. Paris, Les Presses Science Po., 2010.
- CASAL, Bértoa; SHERLIS, Gerardo. *Partidos, Sistemas de Partidos y Democracia: La Obra Esencial de Peter Mair*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Eudeba, 2015.
- CHERESKY, Isidoro. *El Nuevo Rostro de la Democracia*. México, FCE, 2015.
- CHERESKY, Isidoro (org.). *Elecciones Presidenciales y Giro Político en América Latina*. Buenos Aires, Manantial, 2007.
- CUVI, Juan; MUÑOZ, Francisco. "Análisis Político del Proceso Electoral del 23-F", in *La Línea de Fuego*, 7 de abril de 2014.
- DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto. *Macroeconomic Policies and Performances in Latin America 1990-2010*. Buenos Aires, Cedes, 2011.
- DUBET, François. *La préférence pour l'inégalité. comprendre la crise des solidarités*. Paris, La Republique des Idées, Seuil, 2014.
- ESPINOSA, Carlos de la Torre. *De Velasco a Correa*. Universidad Andina Simón Bolívar sede Ecuador, Corporación Editora Nacional, 2015.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. *Las Ciencias Sociales en la Trama de Chile y América Latina*. Santiago de Chile, Universidad de Chile, 2014.
- GERVASONI, Carlos; PERUZZOTTI, Enrique (orgs.). *¿Década Ganada?* Buenos Aires, Debate, 2015.
- GONÇALES COUTO, Claudio. "2014 e o Futuro do PT: Novas Eleições Críticas?", in *Interesse Nacional*, ano 7, n. 28, janeiro-março de 2015.
- GONZÁLEZ, David. *El Estado Descomunal. Conversaciones con Margarita López Maya*. Caracas, Editorial El Nacional, 2013.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid, Cátedra, 1994.
- MAIR, Peter. *Party System Change*. Oxford, Oxford University Press, 1997.
- MAYORGA, Fernando. *Democracia Participativa en Bolivia: Análisis del Referendo Constitucional 2016*. 2016.
- \_\_\_\_\_. *Incertidumbres Tácticas. Ensayos sobre Democracia, Populismo y Ciudadanía*. La Paz, Plural Editores, 2014.
- \_\_\_\_\_. "Efectos Políticos de las Elecciones Subnacionales", 12 de abril 2015, inédito.
- PLOT, Martín; GAMBAROTTA, Emiliano; BOROVIANSKY, Tomás (orgs.). *Estética, Política, Dialéctica. El Debate Contemporáneo*. Buenos Aires, Prometeo Libros, s/d.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le peuple introuvable*. Paris, Gallimard, 1998.
- \_\_\_\_\_. *La contredemocratie*. Paris, Seuil, 2006.
- \_\_\_\_\_. *La Legitimidad Democrática. Imparcialidad, Reflexividad, Proximidad*. Buenos Aires, Manantial, 2009.
- \_\_\_\_\_. *El Buen Gobierno*. Buenos Aires, Manantial, 2016.
- ROUSSEAU, Dominique. *La démocratie continue*. Paris, Bruylant, 1995.
- YAPUR, Fernando L. García. "Elecciones Subnacionales: 'Hegemonía Incompleta' y Nuevo Pluralismo", documento de discusión para FES-Bolivia, inédito.